

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

22
Fev
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

"PAINEL DE CONTROLE"

Assembleia e Ministério Público aumentam gasto com pessoal

Apesar de ter reduzido o valor da folha, Judiciário é o único Poder estadual acima do limite legal

de NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Mesmo com a onda de cortes nas despesas com pessoal realizada no último ano entre os Poderes do Estado, a Assembleia Legislativa e o Ministério Público Estadual (MPES) aumentaram o gasto da folha de pagamento, no comparativo entre janeiro de 2017 e o mesmo mês de 2016.

Enquanto a receita corrente líquida caiu 0,17% na comparação entre os esses meses, o Legislativo estadual subiu em 2,5% e o MPES em 1,73% o gasto com pessoal.

Já o Executivo reduziu em 0,68% a despesa com servidores, o Tribunal de Contas do Estado (TCES), 0,39% e o Tribunal de Justiça, 3,04%.

Os dados foram disponibilizados pela ferramenta lançada ontem, pelo Tribunal de Contas, o "Painel de Controle".

Agora, a Corte de Contas divulgará, mensalmente, dados da gestão fiscal dos Poderes, que além de poderem ser acompanhados pelo cidadão, permitirão a indicação antecipada de medidas corretivas.

"O Tribunal sentiu a necessidade de ser mais célere nesta análise, de fazer uma espécie de acompanhamento em tempo real das contas públicas. Antes, eu ia entregar esses relatórios pessoalmente aos gestores em papel. Agora, posso fazer até por WhatsApp", destacou o presidente da Corte de Contas, Sérgio Aboudib.

VIGILÂNCIA

O caso de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelo TJES demonstra a necessidade de maior acompanhamento das contas públicas, de acordo com um dos desenvolvedores, o secretário de Controle Externo do TCES, Robert Detoni.

Até então, era esperado o fechamento do relatório de gestão fiscal, que é quadrimestral, em seguida outros 30 dias para a publicação e mais 30 dias para a análise do TCES.

"Ficou o questionamento: por que emitir um alerta para o Tribunal quatro meses depois de ele passar do limite? A LRF não exige que esperemos publicação do relatório. Do ponto de vista fiscal é inaceitável", disse.

Com isso, agora o Tribunal de Contas poderá emitir alertas até mesmo mensais, e também tomar



Sede do Ministério Público Estadual: instituição atingiu o limite de alerta da LRF

medidas preventivas para evitar que algumas despesas sejam feitas.

No caso do TJES, o limite da LRF foi ultrapassado oficialmente desde agosto de 2015, quando atingiu 6,32% da receita, sendo que o máximo seria 6%. Entretanto, em abril daquele ano o índice já estava em 5,95%. Em janeiro deste ano, ficou em 6,03%.

Já o MPES, com o aumento de gastos, atingiu o limite de alerta e gasta, hoje, 1,83% da receita do Es-

CORTES

0,79%

de redução

É o comparativo do gasto com pessoal de todos os Poderes do ES entre janeiro de 2017 e janeiro de 2016.

tado com pessoal. O limite para o órgão é de 2%.

A Assembleia continua abaixo do limite de alerta,

com 1,26%. O limite legal é de 1,70%.

OUTRO LADO

Sobre o aumento de gastos, o MPES respondeu, por nota, que a instituição tem feito somente a reposição dos servidores exonerados, a fim de manter a estrutura de pessoal necessária.

A reportagem também tentou contato com os dirigentes e a assessoria da Assembleia, mas não teve retorno.

Estado teve queda de receita

Os dados do "Painel de Controle" referentes à arrecadação do Estado mostraram que no mês passado a receita foi a menor dos últimos cinco meses.

Em janeiro, entrou nos cofres estaduais R\$ 1,13 bilhão. Embora tenha havido um aumento na arrecadação de ICMS, com R\$ 80 milhões a mais que no mês anterior, houve uma queda de 53% das transferências correntes da União.

Em termos de orçamento, foi arrecadado 23,82% a menos do que estava previsto para o mês, o que representa R\$ 213,7 milhões.

Durante todo o ano de 2016, em todos os meses, exceto dezembro, o Estado conseguiu uma receita menor do que a orçada. O valor em caixa foi 14,25% menor do que o esperado, totalizando R\$ 2,46 bilhões.

DESPESAS

Já as despesas acompanharam o movimento de queda da receita e se mostraram menores em relação aos últimos 12 meses.

VITOR JUBINI - 08/06/2015



LEONE KLEBSIAS - 19/02/2017

Assembleia aumenta gasto com folha de pagamento

A Assembleia Legislativa gastou, no mês de janeiro, R\$ 150 milhões com salários de deputados, funcionários, aposentados e pensionistas. O valor aumentou 2,5% em relação ao mesmo período em 2016 — R\$ 146 milhões.

Nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Casa pode chegar, no máximo, a 1,7% das despesas estaduais com pessoal. Neste ponto, apresenta folga: o gasto mensal com salários representa 1,26%.

Os dados fazem parte do Painel de Controle - Macrogestão Governamental, ferramenta apresentada ontem pelo Tribunal de Contas Estadual (TCE-ES).

Além da Assembleia, o painel vai divulgar e comparar as contas públicas do governo estadual, Tribunal de Justiça (TJ-ES), Ministério Público (MP-ES), Defensoria Pública e do próprio TCE-ES.

Ele será atualizado mensalmente e publicado no site do Tribunal (www2.tce.es.gov.br), a

partir do oitavo dia útil do mês posterior.

“Sentimos a necessidade de sermos mais ágeis na análise das contas públicas. Vivemos em um período de cada vez mais transparência. É o melhor remédio para combater qualquer corrupção”, afirmou Sérgio Aboudib, presidente do TCE-ES.

Também consta no relatório que o Tribunal de Justiça gastou 6,03% com salários em janeiro, acima do limite da LRF.

TRIBUNAL DE CONTAS vai divulgar e comparar as contas públicas

Escassez de juízes e servidores prejudica Judiciário, afirmam OAB e sindicato

Observações de entidades que representam advogados e servidores da Justiça foram repassadas ao Conselho Nacional de Justiça, durante visita de corregedoria

Durante visita da Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ, ao Espírito Santo, para realizar uma inspeção de rotina do Poder Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) e o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (Sindijudiciário) apresentaram os problemas enfrentados pelos juízes e servidores do Judiciário capixaba. A escassez de servidores e juízes é uma das dificuldades apontadas em um relatório.

De acordo com o presidente da OAB-ES, Homero Mafra, os problemas enfrentados pelos advogados e juízes de todo Estado foram apresentados para o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional, Carlos Vieira Von Adamek. O relatório entregue ao juiz apontou problemas estruturais em fóruns e de falta de pessoal.

“Existem inúmeras varas sem servidores, comarcas sem juízes, com visita uma vez por semana. Com isso, os assessores acabam fazendo o trabalho dos juízes. Os advogados despacham com assessores porque não tem juiz na comarca”, afirmou.

Já a presidente do Sindijudiciário, Adda Lobatto, diz que a principal dificuldade enfrentada pelos servidores é a sobrecarga de trabalho. De acordo com a Adda, o Estado atualmente tem um déficit de 800 servidores no judiciário. Com poucos profissionais e estruturas precárias nos Fóruns e Comarcas, os problemas só aumentam com o passar do tempo. “Isso tem causado à categoria adoecimento e dificuldade de cumprimento das próprias metas impostas pelo CNJ”, contou.

A presidente do Sindijudiciário, assim com o presidente da OAB, esperam que o CNJ analise as dificuldades apresentadas pelas entidades e aponte medidas a serem adotadas pelo Tribunal de Justiça do Estado. A visita do CNJ vai até a próxima sexta-feira (21). O Tribunal de Justiça do Estado (TJES) informou que não faz comentários relativos à inspeção do CNJ.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2017/02/cbn_vitoria/reportagens/4027091-escassez-de-juizes-e-servidores-prejudica-judiciario-afirmam-oab-e-sindicato.html

Luiz Cláudio Allemand

É Conselheiro e Ouvidor do CNJ

// O Poder tem que observar uma gestão pública profissional e atentar para o planejamento estratégico

A confiança no Judiciário

Pesquisa da FGV Direito SP – 1º Semestre de 2016 apontou ser de 29% a confiança do brasileiro no Poder Judiciário. Para entender esse índice, basta ler o “Relatório Justiça em Números – CNJ/2016”, de onde se extrai que, no ano de 2015, o Poder Judiciário acumulou um estoque de 74 milhões de processos, sendo que 80% desses são de responsabilidade da Justiça Estadual.

O relatório mostrou que, ao final de 2015, constavam 5.085 cargos de magistrados vagos, do total de 22.423 criados por lei. Com relação aos ser-

vidores, no ano de 2015 constavam 55.031 cargos vagos, de um total de 293.287 cargos de provimento efetivo existentes. Das vagas preenchidas pelos servidores, 66% atuam no 1º grau, 12% no 2º grau e 21% na área administrativa.

O resultado disso está nas reclamações recorrentes enviadas à ouvidoria do CNJ informando sobre a morosidade no julgamento de processos e a ausência de magistrados nas comarcas do interior.

Tal fato não passou despercebido pelo CNJ no relatório de 2016: “(...) a maior

parte da demanda está concentrada no primeiro grau, assim como a maior parte dos esforços por ganhos de produtividade (...). Os juízes e servidores do primeiro grau arcam com o dobro da carga de trabalho do segundo grau”.

Outra informação relevante está na página 383 do referido relatório: “Os resultados comprovam a necessidade de o Judiciário intensificar os esforços na redistribuição de seus recursos, investindo na estrutura física e material do primeiro grau, assim como potencializar a participação e valorização dos juízes e dos servidores que o integram”.

O CNJ traçou as estratégias judiciais para 2020, bem como editou a Portaria CNJ 16/2015, que visa a aprofundar o seu papel como órgão de planejamento estratégico do Ju-

diciário, com o objetivo de auxiliar os tribunais na melhoria das suas gestões.

Muito trabalho terá que ser realizado para o Poder Judiciário apresentar resultados positivos e aumentar o percentual de confiança da sociedade nele, e este trabalho terá que observar uma gestão pública profissional e atentar para o planejamento estratégico, bem como observar as regras do CNJ que tratam da priorização do 1º Grau de jurisdição, como melhorias para os magistrados e servidores: “O primeiro grau de jurisdição é a porta de entrada da Justiça, pois estabelece o vínculo imediato com os cidadãos. (...) Para isso, é preciso que o Judiciário esteja cada vez mais aberto aos que dele verdadeiramente necessitem”.

Audiências de custódia contribuem para frear o aumento de presidiários no ES

As audiências de custódia foram implantadas no Estado há quase dois anos, mas o número de presos no Espírito Santo ainda supera o número de vagas nos presídios

A audiência de custódia é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e foi implantada no Estado em maio de 2015 com o objetivo de frear o crescimento desenfreado da população carcerária. Apesar de todo este tempo, o número de presos no Espírito Santo ainda supera o número de vagas nos presídios.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, foram realizadas 9.200 audiências de custódia em quase dois anos. A defensora pública Ana Letícia Attademo Stern afirma que, na prática, as audiências devem garantir que pessoas presas em flagrante sejam apresentadas ao juiz em até no máximo 48 horas.

“Ele vai identificar se a prisão está revestida das formalidades legais e se há necessidade daquela pessoa ser submetida ao encarceramento. O que a gente pode observar é que antigamente as pessoas demoravam meses e até mesmo anos para estar na frente do juiz e pedir a sua defesa”.

Existem hoje no Estado mais de 19.900 presos, segundo dados da Secretaria Estadual de Justiça (Sejus). O problema é que o Espírito Santo dispõe de menos de 14 mil vagas em todo o sistema prisional, o que representa um déficit de aproximadamente seis mil vagas.

Parte dos presos é provisório, ou seja, são acusados de algum tipo de crime que aguardam nos presídios o dia do julgamento. E tem ainda os casos de progressão de regime, que são os casos de detentos que já teriam cumprido a pena e aguardam a revisão delas.

“As pessoas chegam a ficar três, quatro anos aguardando um julgamento e existem casos em que as pessoas são absolvidas, ou seja, ela passou aquele tempo todo cumprindo uma pena de forma injusta”, disse Ana Letícia.

ESPECIAL SEGURANÇA

MAIS DE 2.500 PMs ALVOS DE PROCESSOS

O número representa mais de 25% da corporação

➤ Mais de um quarto do efetivo da Polícia Militar está sendo investigado por crimes militares – como motim ou revolta. Sem contar os casos de faltas disciplinares graves. As duas situações podem resultar em demissões e até prisões, com penas de até 20 anos.

Na tarde de ontem, o comando da PM divulgou um boletim extraordinário da corporação com uma nova lista de punições. Um total de 1.429 vão responder a Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Além disso, outros 111 responderão a Processos Administrativos Disciplinares de Rito Ordinário (PADs RO) e nove ao Conselho de Disciplina.

Até agora, incluindo a lista da semana passada, já são 2.580 policiais militares alvos de IPMs; outros 235 que vão responder a PADs RO e 36 a Conselho de Disciplina. Os militares que respondem ao PAD (235) foram afastados de suas funções e não vão receber nenhum tipo de gratificação.

A determinação é do comandante da PM, coronel Nylton Rodrigues, e foi publicada em um boletim extra da corporação na última segunda-feira. A portaria 694-R destaca que os que não estiverem trabalhando deixam de receber “a gratificação de função PM tipo II, a gratificação de comando, a gratifica-

PUNIÇÃO

20
anos

Esse é o tempo de prisão a que pode ser condenado um policial investigado.

ção de motorista e a gratificação de serviço extra”.

No período em que estiver sendo investigado, o militar estará realizando trabalho administrativo em suas unidades, ou em outro local, a critério do comando.

NOVOS NOMES

A maior parte dos novos



MARCELO PREST - 12/02/2017

Policial militar em serviço após convocação

casos fazem parte de 40 portarias instaurando inquéritos policiais militares (IPM). Elas vão do número 047 até o 087, mas os nomes não foram divulgados. São os casos de policiais investigados pelo cometimento de crimes como revolta ou motim, em decorrência de sua participação do movimento grevista. Podem vir a responder a um processo penal após a tramitação dos inquéritos.

Em relação aos processos disciplinares, foram publicadas 35 portarias que envolvem os casos de Procedimento Administrativo Disciplinar de Rito Ordinário (PAD-RO), para policiais com menos de 10

anos de carreira, e os de Conselho de Disciplina, para os que atuam há mais de uma década. As duas situações atingem 111 policiais, mas apenas 91 nomes foram publicados, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

Os nomes divulgado ontem no boletim da corporação são de policiais que atuam no 7º Batalhão, em Cariacica, e no 4º Batalhão, em Vila Velha.

Na última semana, os primeiros nomes divulgado foram de policiais da Rotam. Uma unidade especializada que o governo já anunciou que será extinta.

ENTENDA

INVESTIGAÇÃO

▼ Total

São 2.851 processos abertos até ontem pela Polícia Militar. Alguns militares vão responder a mais de um processo, como, por exemplo, a IPM e a um PAD, ao mesmo tempo.

PENAL

▼ Inquéritos

Ao todo já foram abertos um total de 2.580 Inquéritos Policiais Militares (IPMs). São casos em que os policiais são investigados por crimes militares, como os de motim ou revolta, e que podem resultar em perda da farda e prisão por até 20 anos.

ADMINISTRATIVO

▼ Conselho

Foram encaminhados ao Conselho de Disciplina 36 casos, de policiais com mais de dez anos de trabalho.

▼ Procedimentos

Um total de 235 casos são de Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADs RO), para policiais com menos de dez anos de trabalho. Vão ser afastados de suas funções e vão ter ainda suspensos o pagamento de suas gratificações, como é o caso da escala extra.

NOVA LISTA DE POLICIAIS QUE VÃO SER PUNIDOS

CONSELHO DE DISCIPLINA

7º BPM (CARIACICA)

- Cb QPMP-C Denilson Costa
- Cb QPMP-C Anadir Teixeira de Siqueira
- Cb QPMP-C Gilson da Conceição
- Cb QPMP-C Andre Luis Correia Barbosa
- Cb QPMP-C Magno Colati Silva
- Cb QPMP-C Washington Caetano Romualdo
- Cb QPMP-C Valdeir Mendes de Almeida
- Cb QPMP-C Roberto Degasperi dos Santos
- Cb QPMP-C Marcos Aurelio Bregemsk

PAD-RO

7º BPM (CARIACICA)

- Sd QPMP-C Igor Neves Batista
- Sd QPMP-C Ramon do Rosario Gomes
- Sd QPMP-C Lidiomar Soares Francolino
- Sd QPMP-C Ilsimar Dias Ponciano
- Sd QPMP-C Andre Pereira
- Sd QPMP-C Fabricio Azevedo de Souza Coelho
- Sd QPMP-C Lidiomar Soares Antunes
- Sd QPMP-C Josvan Oliveira de Souza
- Sd QPMP-C Matheus Lemos Bregemsk
- Sd QPMP-C David da Silva
- Sd QPMP-C Bethierson Teixeira de Freitas
- Sd QPMP-C Arthur Beltrame
- Sd QPMP-C Jordan Marcaglia Poubel
- Sd QPMP-C Anderson da Silva

- Sd QPMP-C Patrick Zamprogno Baptista
- Sd QPMP-C Matheus Christ Correia
- Sd QPMP-C Renaldo Vieira de Souza
- Sd QPMP-C Carla Secchin Lopes
- Sd QPMP-C Hudson Flavio Endlich
- Sd QPMP-C Guilherme Andre Prote
- Sd QPMP-C Vinicius Rubim Lino
- Sd QPMP-C Hamilton Farias Fonseca Filho
- Sd QPMP-C Rita de Cassia Roriz Mattos
- Sd QPMP-C Cesar Augusto Pereira da Cruz
- Sd QPMP-C Vania Maria da Silva Florenco*
- Sd QPMP-C Thiago Gregorio Pereira
- Sd QPMP-C Patrick Streg Gonçalves
- Sd QPMP-C David Durval Scardua Silva
- Sd QPMP-C Israel Gonçalves Caçula
- Sd QPMP-C Larissa Rosa Leite Barros
- Sd QPMP-C Vitor Rodrigues Oliveira
- Sd QPMP-C Diego Alves Batista
- Sd QPMP-C Jorge Henrique dos Santos Cordeiro
- Sd QPMP-C Deivid Pimentel Silva
- Sd QPMP-C Vania Maria da Silva Florenco*
- Sd QPMP-C Cleyton Mendes de Souza
- Sd QPMP-C Vagner Grosman Kaiser Junior
- Sd QPMP-C Filipe Gonçalves Vieira
- Sd QPMP-C Rodrigo Lessa Filwood
- Sd QPMP-C Jones Pianzola
- Sd QPMP-C David Gonçalves de Jesus Filho

- Sd QPMP-C Albison Jacobson Alvernas
- Sd QPMP-C Dante Aparecido Soares dos Santos
- Sd QPMP-C Matheus de Souza Poeyes Fujii
- Sd QPMP-C Werlen da Cruz Leite
- Sd QPMP-C Leandro Silva de Souza
- Sd QPMP-C Eunice Carvalho Pires
- Sd QPMP-C Thiago Correia de Freitas
- Sd QPMP-C Ramon Turini
- Sd QPMP-C Wellington Luiz Pinto
- Sd QPMP-C Rodolfo Secchin Almeida
- Sd QPMP-C Leandro Dias de Oliveira
- Sd QPMP-C Jonatas Lube Gonçalves
- Sd QPMP-C Maykon Costa Loureiro
- Sd QPMP-C Jonatas Lube Gonçalves
- Sd QPMP-C Pablo Ramon Braganca Soares de Oliveira
- Sd QPMP-C Douglas Vicente Oliveira Souza
- Sd QPMP-C Raiany Freitas Moraes
- Sd QPMP-C Gil Pereira da Cunha
- Sd QPMP-C Isaque Alves Rocha
- Sd QPMP-C Júlio César Soares Rangel
- Sd QPMP-C Franklin Cardoso de Lima
- Sd QPMP-C Rafael Butilheiro Silva
- Sd QPMP-C Sandra Novais Hoffmam
- Sd QPMP-C Josivan Arcelino da Silva
- Sd QPMP-C Efrain Souza dos Santos
- Sd QPMP-C Rodrigo Coelho Domingos
- Sd QPMP-C Paulo Sérgio Souza da Silva

- Sd QPMP-C Vinicius Azevedo Bravin
 - Sd QPMP-C Eduardo Augusto de Magalhães Seabra Faria
 - Sd QPMP-C Rhully Viana Dias
 - Sd QPMP-C Cassiano Lemos de Freitas
 - Sd QPMP-C Luis Gustavo Dominici Rodrigues
- 4º BPM, (VILA VELHA)**
- Sd QPMP-C Renan Tamagnoni Lyrio
 - Sd QPMP-C Alan Torres Pinto
 - Sd QPMP-C Leonardo Vinicius de Oliveira
 - Sd QPMP-C Francimar Santos Santana
 - Sd QPMP-C Fernando Januario Cristo
 - Sd QPMP-C Lorenza Moreira Souza
 - Cb QPMP-C Thayse Vasconcelos Silva
 - Sd QPMP-C Misael de Souza Albertino
 - Sd QPMP-C Rafael Brandorff de Amorim
 - Sd QPMP-C Douglas Gonçalves de Vasconcellos
 - Sd QPMP-C Marcio Pereira Bento
 - Cb QPMP-C Eduardo Gonçalves Biaz
 - Sd QPMP-C Jeuzes Batista de Oliveira Silva
 - Sd QPMP-C Douglas Gonçalves de Vasconcelos
 - Sd QPMP-C Rafael Nascimento da Conceicao
 - Sd QPMP-C Deivid dos Santos Damasceno
 - Sd QPMP-C Daniel Martins Sardinha Wanderley
 - Sd QPMP-C Tiago Neiva Martins
 - Sd QPMP-C Abner de Paulo Alves Silva

Prisão para quem postar foto íntima de mulher na internet

BRASÍLIA

A divulgação de “nudes” sem consentimento pode passar a ser crime enquadrado na Lei Maria da Penha. A Câmara aprovou ontem projeto que cria mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na internet ou em outros meios de propagação da informação. O texto agora vai para o Senado.

O projeto reconhece como forma de violência doméstica e familiar a violação da intimidade da mulher, entendida como a divulgação, por meio da internet ou outro meio de propagação de informações, de dados pessoais, vídeos, áudios, montagens e fotocomposi-

ções da mulher, obtidos no âmbito das relações domésticas, de coabitação ou hospitalidade, sem seu expresso consentimento.

A punição para quem praticar a



USO de smartphone: prevenção

chamada “vingança pornográfica” passa a ser de reclusão de três meses a um ano, mais multa. Além disso, a pena é aumentada, de um terço a metade, se o crime é cometido por motivo torpe ou contra pessoa com deficiência.

Para o autor do texto, deputado João Arruda (PMDB-PR), a punição mais severa servirá para prevenir crimes do tipo. “Antes de divulgar essas imagens, o homem vai pensar duas vezes, porque corre o risco de ser preso. As penas eram muito leves. Com essa possibilidade de prisão, vai prevenir.”

O deputado conta que elaborou o projeto a pedido de uma jornalista do Paraná, vítima do crime por parte do ex-noivo, em 2005.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



A VOLTA DAS CORES

No início da manhã de ontem, um belo arco-íris coloria o céu na altura da Praia do Canto, em Vitória. Quem sabe não seja o prenúncio de que dias melhores virão para a capital capixaba e todo o Estado do Espírito Santo. Estamos precisando. FOTO: ANSELMO LARANJA



RENATA
RASSELI

zig-zag@redgazeta.com.br - (27) 3321-8516



ZIGZAG



Coluna Zig Zag



@zigzag_ag



@zigzag_ag



Posse.

O novo juiz do TRE-ES Rodrigo Júdice e Samuel Meira Brasil Junior: em solenidade de posse. FOTO: CACÁ LIMA